

Ata número quatro

Aos seis dias do mês de Maio de dois mil e quinze, pelas dezasseis horas, nesta cidade de Viana do Castelo, no Salão Nobre da Câmara Municipal, realizou-se uma reunião do Conselho Municipal de Educação, sob a presidência de Maria José Guerreiro, que contou com a presença de catorze conselheiros e a falta de cinco, (conforme registo de presenças anexo), com a seguinte ordem de trabalhos:

1. Leitura e aprovação das atas das reuniões de 24 de Julho de 2014 e de 14 de Janeiro de 2015;
2. Balanço do funcionamento do 2º período, do ano letivo 2014/2015, pelo representante da DGEstE;
3. Análise do plano de transportes para o ano letivo 2015/2016;
4. Auxílios Económicos no 1º CEB, definição de escalões de participação familiar da educação pré-escolar;
5. Outros assuntos.

Presente a ordem de trabalhos, foram acerca dos assuntos dela constantes tomadas as seguintes resoluções:

APROVAÇÃO DAS ATAS DAS REUNIÕES DE 24 DE JULHO DE 2014 E DE 14 DE JANEIRO DE 2015: Pela Presidente do Conselho Municipal da Educação, foram submetidos à aprovação os textos das atas das reuniões realizadas a 24 de Julho de 2014 e a 14 de Janeiro de 2015, que, colocadas a votação, foram aprovadas por unanimidade, tendo-se registado apenas

uma abstenção relativa à ata de 14 de Janeiro, do conselheiro Gaspar Lousinha, por não ter estado presente na referida reunião.

BALANÇO DO FUNCIONAMENTO DO 2º PERÍODO, DO ANO LECTIVO 2014/15, PELO REPRESENTANTE DA DGESTE: A presidente do órgão informou que, atendendo a que o representante da DGESTE se encontrava ausente não seria possível abordar este ponto da ordem de trabalhos. Contudo, a Dr. Maria José, enquanto Vereadora da Educação, deu nota de alguns desenvolvimentos durante o 2º período:

- A DGEstE convocou a Câmara Municipal para uma reunião para definição da oferta formativa em Março. Esta reunião, em que participaram escolas, agrupamentos, municípios e C.I.M revelou-se inconclusiva, tendo sido agendada outra reunião a realizar-se em Ponte de Lima. Desta segunda reunião, 10 de Abril, foi notória a indefinição dos atores no terreno, tendo o Delegado da DGEstE interpelado a CIM, sobre o eventual trabalho de concertação prévia ao que esta informou que nada havia sido feito porque não tinha havido articulação entre a CIM, DGEstE e a ANQEP.

- Os municípios em sede de CIM consideraram que não tinham capacidade de definir linhas a seguir na estruturação da oferta educativa e formativa sem conhecimento prévio das regras.

- O Delegado Regional de Educação e a CIM já definiram a oferta formativa, sendo que a decisão final só será tomada em Julho.

- Até à presente data, não houve desenvolvimentos sobre a proposta da rede educativa, (no ano transato, este assunto foi tratado no mês de Abril), contudo, a Câmara Municipal encontra-se a trabalhar a monitorização da carta educativa, documento que será apresentado ao CME, numa reunião extraordinária, a realizar no próximo dia 20 do corrente mês, pelas 16:00horas. Para esta reunião, serão convidados os Diretores dos

Agrupamentos de Escolas e pretende-se que seja um espaço de reflexão. A conselheira Manuela Coutinho, face à nova atribuição de competências, considerou essencial a existência deste espaço para reflexão dos intervenientes do processo educativo.

-Relativamente às obras para substituição de coberturas de fibrocimento nas Escolas de Ensino Básico e Jardins de Infância do concelho, a Dr. Maria José, antes de passar a palavra ao Isaiás Alves, elogiou a excelente colaboração e articulação com as Associações de Pais, Juntas de Freguesia, Professores e Encarregados de Educação. Isaiás Alves informou os conselheiros de que a empreitada está em curso, estando o seu desenvolvimento condicionado pelas condições climatéricas. Contudo, afirmou que todas as obras estarão concluídas até 21 de Julho. O conselheiro comunicou ainda que, efetuados todos os testes obrigatórios à composição de estrutura removida (fibrocimento) apurou-se que os valores de partículas de amianto observados eram muito inferiores ao valor limite de referência de exposição, estabelecidos pela OMS. Estes resultados são comunicados às escolas/Agrupamentos, juntas de freguesia e associações de pais de todos os estabelecimentos de educação e ensino intervencionados.

O conselheiro Júlio Viana lamentou a ausência do Delegado Regional, por considerar que o MEC está em falta com a APPACDM que, continua a aguardar a colocação de um docente, situação já reportada pela Instituição ao CME na reunião de 14 de Janeiro. Lamentou a falta de critérios na afetação dos docentes e a título exemplificativo referiu que a APPACDM de Coimbra possui 1 CAO (Centro de Atividades Operacionais) para o qual tem 13 docentes destacados, já a APPACDM de Viana do Castelo possui 5 CAO e não tem nenhum professor destacado. Perante as desigualdades transmitidas pelo representante das IPSS, a presidente de CME sugeriu que se elaborasse um texto para remeter à DGEstE, informando de todo o historial e de todas as diligências efetuadas

pela instituição para colocação de um docente, de forma a evitar que a situação se repita no próximo ano letivo. O documento será elaborado pela Dr.^a Maria José Guerreiro, Dr.^a Manuela Coutinho e Dr. Júlio Viana.

A representante do pré-escolar deu nota das preocupações transmitidas pelas suas colegas solicitando que a transferência das verbas para despesas de funcionamento fosse efetuada atempadamente bem como, a entrega do material de desgaste e limpeza para o serviço de animação e apoio à família. Deu nota da necessidade de a Câmara Municipal definir a lotação de crianças para as salas da componente de apoio à família. Sobre esta questão Isaiás Alves informou que o número de referência de crianças por grupo é o definido pelo MEC, 25 crianças por sala de atividade, solicitando a identificação de situações de desconformidade.

A Educadora Conceição deu ainda nota da falta de computadores que se verifica nos jardins de infância bem como de falhas no acesso à Internet, dando como exemplo, o JI Sr.^a da Oliveira- Darque. A conselheira referiu que o Jardim de Infância da Abelheira também gostaria de participar no projeto de patinagem. Sobre esta questão o Chefe de Divisão da Educação informou que se trata de um projeto piloto, em execução em apenas 3 Jardins de Infância. A escolha dos JI foi efetuada tendo como único critério a proximidade com um pavilhão desportivo, com condições para a prática da patinagem. Maria José Guerreiro realçou a relação da iniciação à patinagem com a força que o Hóquei em Patins tem no concelho. O conselheiro Gaspar Lousinha referiu que a patinagem constitui uma oferta diversificada e que no seu entendimento investir em atividades alternativas é fundamental para evitar que os tempos não letivos de permanência nas escolas representem um prolongamento do período curricular. Ciente desta necessidade, a Vereadora da Educação comunicou que, no presente ano letivo, a CM implementou o projeto de iniciação à música na educação pré-escolar e que no

próximo ano pretende, numa lógica curricular, desenvolver o Projeto no 1ºCEB. Flora silva destacou a importância da música no desenvolvimento das aprendizagens.

A representante do pré-escolar solicitou a intervenção da Câmara para o concerto do parque infantil do Jardim de Infância da Meadela e questionou sobre o ponto de situação da liquidação do apoio financeiro que a autarquia deliberou para apoio a época balnear do ano findo questionando se no presente ano haveria lugar a esse mesmo apoio. A Dr.ª Maria José informou que não tem ainda informação da posição da CM em relação ao assunto. Gaspar Lousinha deu nota do descontentamento gerado pelos exames de Inglês, quer pela forma como os mesmos são efetuados, empresa, quer por não terem expressão na classificação interna, quer ainda pelo fato de o acesso à certificação exigir o pagamento prévio de 20€ a cada aluno. Sobre este assunto vários conselheiros manifestaram reservas sobre todo este processo.

Em conformidade com o terceiro ponto da ordem de trabalhos –ANÁLISE DO PLANO DE TRANSPORTES PARA O ANO LETIVO 2015/2016, a Vereadora da Educação fez uma breve introdução sobre o documento, essencialmente técnico, passando de seguida a palavra ao Chefe de Divisão da Educação que procedeu a uma apresentação sintética do Plano, documento que previamente fora remetido a todos os conselheiros. Sobre este ponto, foi sugerido pelo representante de docentes do ensino básico (2º e 3º ciclo) que o transporte para EB2.3 de Viana do Castelo, regresso à Meadela, passasse pelo centro da freguesia evitando deslocações longas. Manuel Isaías informou que os circuitos utilizados para a concretização da mobilidade dos alunos são os que estão licenciados pelo IMTT, pelo que é difícil corresponder ao pedido da EB2,3 da Abelheira. A conselheira Teresa Gonçalves considerou que sendo o P.T.E. um documento técnico, todos os princípios que norteiam a intervenção do município, bem como os elementos essenciais que caracterizam o mesmo encontram-se sintetizados de forma clara na

introdução do documento Sem alterações e mais observações, o plano foi aprovado por unanimidade.

Seguidamente, deu-se início à discussão do documento com a proposta AUXÍLIOS ECONÓMICOS NO 1º CEB, DEFINIÇÃO DE ESCALÕES DE COMPARTICIPAÇÃO FAMILIAR DA EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR PARA O ANO LETIVO 2015/16. O Chefe de Divisão da Educação, Sérgio Pereira, de forma sucinta, explanou o documento enviado previamente a todos os conselheiros. Intervieram Manuela Coutinho para referir a existência de apoios complementares a alunos e famílias, nomeadamente através do Programa P.E.R.A., que não é utilizado, Conceição Costa questionou a gratuitidade da componente de apoio à família, considerando que a sua comparticipação podia responder às necessidades de materiais que se colocam no seu funcionamento, nomeadamente materiais de desgaste, citando o caso do JI da Abelheira. Sobre esta questão ficaram os serviços de educação de verificar o que possa ter causado a falha na entrega de materiais.. A proposta foi aprovada por unanimidade.

Por último, a representante do ensino superior fez uma breve apresentação do Projeto Internacional Global Schools, cuja finalidade é definir estratégias para a introdução da Educação para o Desenvolvimento na educação básica no Ano Europeu para o Desenvolvimento 2015. Tem como objectivo principal a introdução do tema no currículo escolar, abordando-o essencialmente e de forma transversal nas disciplinas existentes, os seguintes conceitos: interdependência, Cidadania Global, Diversidade, Desenvolvimento sustentável, Justiça Social, Valores e Percepções, Direitos Humanos, Prevenção e Resolução de Conflitos.

A Dr.^a Teresa informou ainda que se vai realizar um seminário de apresentação do projeto “Global Schools” que a decorrer no dia 13 de maio, das 9:30 às 16:30, na ESSE, para o qual todos os conselheiros estão e serão convidados.

E nada mais havendo a tratar, deu-se por encerrada a reunião.